

SINTUNESP

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNESP

Plenária Estadual indica:

Manutenção da greve e ampliação do prazo para assembleias de avaliação e fortalecimento do movimento

Unidades em greve, em estado de greve e demais campi devem debater importância de fortalecer e unificar a mobilização

A Plenária Estadual do Sintunesp, realizada em formato *online* na manhã de 16/1, discutiu o retorno das assembleias de base ocorridas no período de 12 a 15 de janeiro, com o objetivo de avaliar o movimento e definir os próximos passos da luta pela equiparação dos servidores técnico-administrativos da Unesp com a USP. Devido ao período de férias de muitos servidores, alguns *campi* agendaram assembleia para os próximos dias, enquanto outros ainda não haviam definido a data. Diante desse fato, ficou definida uma prorrogação no prazo para que elas aconteçam, até 23/1.

Os *campi* que se encontram em 'estado de greve' devem debater a importância de engrossar a luta junto aos que seguem na greve. Demais unidades, do mesmo modo, devem discutir as formas para ampliar a



mobilização e encorpar a luta.

No dia 21/1, a Diretoria Colegiada e o Conselho Diretor de Base estarão reunidos para discutir propostas e encaminhamentos ao movimento. Antes disso, no dia 19/1, está marcada reunião da Comissão de Equiparação. No dia 29/1, deve ocorrer reunião entre Sintunesp e reitoria, com a presença da professora Maysa Furlan.

A categoria quer negociações efetivas, quer ser respeitada em seus direitos e quer que a isonomia seja realidade para todos os trabalhadores da universidade, independente do segmento ao qual pertencem.

SEGUE A MOBILIZAÇÃO PELA EQUIPARAÇÃO E PELOS DIREITOS DA CATEGORIA!

Sintunesp oficializa reitoria sobre devolução dos dias congelados

Após o Fórum das Seis enviar ofício ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), questionando como se dará a aplicação da Lei Complementar (LC) 226/2026 no âmbito das universidades, o Sintunesp também está oficiando a reitoria da Unesp com igual teor.

A publicação da LC 226, de 12/1/2026, após sanção do presidente da República, revoga o previsto na LC 173/2020 (do governo Bolsonaro), que havia congelado a contagem de tempo dos funcionários públicos durante a pandemia, de 28/5/2020 a 31/12/2021. Com isso, devem ser devolvidos os 583 dias confiscados do funcionalismo para efeito de quinquênios, sexta-parte, licença-prêmio e outros mecanismos semelhantes.

A LC 226/2026 ainda autoriza o pagamento dos valores retroativos decorrentes do confisco dos dias, ficando a critério dos entes públicos que isso ocorra.

